



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Gabinete

OFÍCIO Nº 272/2020/SAES/GAB/SAES/MS

Brasília, 31 de julho de 2020.

Ao Senhor

Carlos Eduardo de Oliveira Lula

Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre C, Sala 1105, Edifício Parque Cidade Corporate

70.308-200 - Brasília/DF

Assunto: COVID 19 - Operacionalização de leitos hospitalares

Senhor Presidente,

1. Reporto-me ao Ofício nº 2/2020, de 8 de abril de 2020, que envia questionamentos acerca das habilitações e operacionalização de leitos hospitalares, para enfrentamento ao COVID -19.
2. Nesta oportunidade, envio para conhecimento, anexa, cópias dos Despacho CGURG (0014403475), Despacho CGAHD/DAHU/SAES/MS (0015998300), emitido pelo Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência, complementado pelas Notas Informativas nº 88/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS (0014494271) e nº 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS (0015015764), documentos estes que prestam esclarecimentos acerca do pleito em questão.

Atenciosamente,

MARIA INEZ PORDEUS GADELHA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Maria Inez Pordeus Gadelha, Chefe de Gabinete da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde**, em 17/09/2020, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0016018569** e o código CRC **65B7E08D**.

Referência: Processo nº 25000.050208/2020-52

SEI nº 0016018569

Gabinete - GAB/SAES
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência
Coordenação-Geral de Urgência

DESPACHO

CGURG/DAHU/SAES/MS

Brasília, 13 de abril de 2020.

As solicitações feitas pelo CONASS, atinentes as seguintes portarias: 1) **PORTARIA MS Nº 414, DE 18 DE MARÇO DE 2020**. Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19; 2) **PORTARIA MS Nº 568, DE 26 DE MARÇO DE 2020**. Autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. e 3) **PORTARIA Nº 245, DE 24 DE MARÇO DE 2020**. Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico de infecção pelo COVID-19. Todas as elencadas anteriormente extrapolam as competências desta Coordenação-Geral de Urgência (CGURG), uma vez que o repasses de recursos previsto nas citadas portarias não estão relacionadas com habilitações da Rede de Atenção às Urgências de competência desta área técnica, e que as ações e políticas do Ministério da Saúde para cooperação técnica e financeira aos Municípios em decorrência da COVID-19 não são definidas no âmbito desta coordenação.

Assim retorna-se para o DAHU para anuência e posterior encaminhamento ao GAB/SAES.



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Santos Barreto, Coordenador(a)-Geral de Urgência, Substituto(a)**, em 13/04/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Teixeira, Diretor(a) do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência**, em 14/04/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0014403475** e o código CRC **91491B77**.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência
Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar

DESPACHO

CGAHD/DAHU/SAES/MS

Brasília, 30 de julho de 2020.

SEI: 25000.050208/2020-52

INTERESSADO: CONASS e CONASEMS

ASSUNTO: Operacionalização dos leitos hospitalares para enfrentamento do COVID-19

Em atenção ao Ofício 2/2020 do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), que envia ao GAB/SAES questionamentos acerca das habilitações de leitos e em complementação ao Despacho CGAHD 0014684601, conforme o Despacho GAB/SAES 0015529376, temos a informar que:

- Os leitos de UTI COVID-19 que forem solicitadas a habilitação deverão estar descritos nos Planos Estaduais de Contingência, conforme Portaria GM/MS nº 1.082, de 20/07/2020, que autoriza a habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19 para atendimento exclusivo dos pacientes SRAG/COVID-19.

- Os hospitais que tiverem habilitação de leitos em hospitais de pequeno porte para cuidados prolongados deverão ser retaguarda para os hospitais de referência ao COVID-19 descritos nos Planos Estaduais de Contingência.

- O valor da habilitação dos leitos de UTI COVID-19 terá o cálculo das diárias dos leitos habilitados com a seguinte equação: Nº de Leitos habilitados x R\$ 1.600,00 x 90 dias. A taxa de ocupação considerada é de 100%.

- Os leitos de UTI COVID-19 deverão estar disponíveis nos Planos de Contingência e prontos para o funcionamento.

- A Portaria GM/MS nº 1.082, de 20/07/2020, revogou a Portaria GM/MS nº 414/2020, todas as solicitações de habilitação ou prorrogação dos leitos de UTI serão por meio do SAIPS - Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (<http://saips.saude.gov.br/>), exceto os leitos (kits) locados por este Ministério que teve as habilitações automáticas a partir das instalações dos leitos pelas empresas contratadas, bem como a prorrogação.

- O leito de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento ao COVID-19 deverá atender a Portaria GM/MS nº 1521, 15/06/2020, e incluído o procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, OPM do SUS para identificar ações relativas ao atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19 nos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, conforme a Portaria GAB/SAES nº 510, de 16/06/2020.

- Os Hospitais de Campanha tiveram os critérios técnicos para a sua implantação definidos na Portaria GM/MS nº 1514, de 15 de junho de 2020.

- Quanto aos leitos de UTI em Hospitais de Campanha foram descritos na Portaria GM/MS nº 1521, 15/06/2020, que poderá ser habilitado desde que tenha sido implantado anterior a publicação da portaria e atender a RDC/ANVISA nº 07/2010.

- O Manual de orientações técnicas para a operacionalização do SIH para o COVID-19 poderá ser acessado no seguinte endereço: <https://docs.google.com/document/d/1Kw3XHWGv9B2zNT67814pgnjwHTMgDsGwWeBHYkO-nww/edit>.

Em complementação as informações poderá ser acessado a NOTA INFORMATIVA Nº 88/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS (0014494271) e a NOTA INFORMATIVA Nº 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS (0015015764).

Encaminhe-se ao DAHU para, se de acordo enviar ao GAB/SAES para prosseguimento.

Atenciosamente,

Rafael Leandro de Mendonça
Coordenador Geral da Atenção Hospitalar e Domiciliar
CGHAD/DAHU/SAES/MS



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Leandro de Mendonça, Coordenador(a)-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar**, em 30/07/2020, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Teixeira, Diretor(a) do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência**, em 30/07/2020, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0015998300** e o código CRC **08F27528**.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência
Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar

NOTA INFORMATIVA Nº 88/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS

Perguntas e respostas sobre a **PORTARIA Nº 568, DE 26 DE MARÇO DE 2020** que trata da Habilitação temporária de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - Adulto e Pediátrica para atendimento exclusivo dos pacientes com a COVID-19.

1. **Diante da dificuldade de acesso aos equipamentos necessários para montagem de novos leitos de UTI, os hospitais podem ofertar apenas leitos novos ou também os já existentes, que já estejam equipados e com RH constituídos?** ☐

Resposta: Podem ofertar os 2, mas só serão habilitados os leitos, que ainda não possuem habilitação pelo MS. É importante salientar que o valor de diária destinado aos habilitação de leitos novos para o COVID-19 é maior que o valor das diárias de uma habilitação convencionnal de UTI, pois trata-se de uma estrutura nova, em que será necessária a contratação de recursos humanos pontuais, por um período específico, e que essas habilitações serão encerradas ao final do período de crise. As UTIs já habilitadas, permenecerão fazendo jus ao valor de diária que lhes é destinado, não havendo portanto mudanças de habilitação para o momento COVID-19.

2. **O Hospital poderá solicitar qualificação/habilitação de leitos já existentes, mesmo aqueles que já sejam complementados pela RUE ou pela Rede Cegonha Federal, para que estes possam atender exclusivamente os pacientes COVID-19 e perceberem a remuneração de R\$ 1.600,00?**

Resposta: Não, leitos já habilitados, manterão suas respectivas habilitações e não serão reabilitados, pontualmente, para o enfrentamento do COVID-19.

3. **Leitos já existentes e disponibilizados pela saúde suplementar, caso não estejam sendo ocupados, também poderão ser habilitados para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, para fazerem jus ao recebimento do valor de R\$ 1.600,00?**

Resposta: Sim, desde que sejam contratados pelo gestor local, e nesse caso, serão considerados novos para o SUS e devem estar à disposição desse.

4. **Esta no planejamento do Ministério da Saúde repassar equipamentos para abertura de leitos novos nas Santas Casas e Hospitais Filantrópicos? Se sim como as entidades devem proceder?**

Resposta: O Ministério da Saúde vem destruindo Kits para montagem de leitos de UTI, cada kit é composto por 10 leitos de UTI, logo, só são fornecidos kits em números múltiplos de 10. A solicitação fica a cargo do Gestor Estadual, que deverá fazê-la à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, não há um direcionamento para qual tipo de hospital serão destinados os equipamentos, e deve-se ressaltar que não se tratam de doações de equipamentos, mas sim locação, em que os kits de UTI que forem disponibilizados aos Estados, serão recolhidos no final do período de crise.

5. O valor de R\$ 1.600,00 a ser repassado ao gestor, será por leito habilitado ou por orçamentação?

Resposta: Habilitação, em parcela única por 3 meses no momento da habilitação.

6. Qual a fórmula para cálculo do repasse financeiro desses leitos habilitados? Usarão que taxa de ocupação?

Resposta: Número de leitos habilitados x 1.600,00 x 30 dias. A taxa de ocupação considerada é de 100%.

7. O RH disponível para os Leitos de UTI que deverá ser informado, necessitará atender integralmente aos critérios estabelecidos na RDC 07 e demais normativos, ou haverá flexibilização quanto aos parâmetros?

Resposta: O processo de habilitação dos novos leitos é dinâmico e simplificado, não há necessidade do gestor apresentar a lista completa de RH, apenas declarar que possui os Recursos Humanos necessários para funcionamento do estabelecimento com o qual mantém vínculo, conforme as normativas vigentes, estando sob sua inteira responsabilidade, a garantia da equipe, em quantidade necessária, para prestação da assistência durante o período de crise.

8. A cobrança da diária de UTI exclusiva COVID-19 só poderá ser feita quando o procedimento principal for 03.03.01.022-3 – Tratamento de infecção pelo novo coronavírus – covid-19? E como proceder para os casos que não forem confirmados, uma vez que o resultado dos exames tem demorado alguns dias?

Resposta: Os procedimentos destinados ao pagamento de diária de UTI COVID-19, são: 08.02.01.029-6 Diária de UTI II - Adulto COVID-19; e 08.02.01.030-0 - Diária de UTI II - Pediátrica COVID-19. O procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de infecção pelo novo coronavírus – COVID-19 é destinado às internações para tratamento clínico. Os 03 procedimentos são destinados aos pacientes cujo diagnóstico pelo COVID-19 esteja confirmado, e podem ser registrados após a alta hospitalar, vez que o faturamento é sempre pós-alta e é processado no mês seguinte à internação.

9. Na republicação da portaria, no último dos “considerandos” menciona NUP 25000.038983/2020-30 (número único de protocolo) é alguma informação que faça diferença para os hospitais?

Resposta: Não, NUP refere-se a tramitação da minuta.

10. **Como será o faturamento dessas diárias para pacientes que já internaram em março e que ainda não tiveram seus leitos publicados no DOU e relacionados no CNES?**

Resposta: Os procedimentos criados só podem ser faturados a partir da competência expressa na portaria que os criaram, anterior a isso, sugere-se registrar outros procedimentos clínicos destinados ao tratamento de síndromes de insuficiência respiratórias.

11. **Qual foi o critério utilizado para que só possam ser habilitados leitos de UTI – coronavírus, quando o hospital ofertar no mínimo 5 leitos de UTI?**

Resposta: UTIs com número inferior a 5 leitos COVID-19 não apresentam otimização do uso de RH o que torna desperdício de equipes profissionais. O ideal é que as UTIs tenham entre de 10 a 12 leitos COVID-19, seria o quantitativo ideal para funcionar com equipe mínima otimizada.

12. **De qual gestor deve partir a solicitação de habilitação?**

Resposta: A habilitação temporária dos leitos de UTI ocorrerá a partir da solicitação, via Ofício, do Gestor de Saúde Estadual. Caso o estabelecimento esteja sob gestão Municipal, o Ofício deve ser assinado pelos dois gestores.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR E DOMICILIAR - CGAHD/DAHU/SAES/MS

Brasília, 13 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Leandro de Mendonça, Coordenador(a)-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar**, em 15/04/2020, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0014408332** e o código CRC **1626DB64**.

Referência: Processo nº 25000.050733/2020-78

SEI nº 0014408332

Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência
Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar

NOTA INFORMATIVA Nº 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS

A presente Nota Informativa visa elucidar questões relacionadas a: (i) leitos clínicos COVID/SRAG; (ii) habilitação de leitos de UTI; e (iii) Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) para SRAG/COVID-19, conforme se segue:

0.1. Os estabelecimentos de saúde e leitos a que se referem a presente Nota devem estar previstos nos Planos de Contingência Estaduais pactuados em CIB;

0.2. Os estabelecimentos habilitados devem atender ao disposto na PT GM/MS 758/2020, referente ao cadastramento e registro obrigatório no sistema Notifica (notifica.saude.gov.br);

0.3. Os novos leitos de UTI SRAG/COVID -19 devem estar em funcionamento, prontos para uso, com equipe disponível e equipamentos alocados, quando da solicitação de habilitação, que deve dar-se por envio de ofício, que indique a quantidade de leitos a serem habilitados, com a devida assinatura dos gestores municipal e estadual, encaminhado para e-mail da CGAHD (cgahd@saude.gov.br);

0.4. A verificação do funcionamento dos leitos de UTI SRAG/COVID-19 para habilitação contará com o apoio da Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEMS), vinculadas a Secretaria Executiva. As SEMS poderão realizar verificação in loco do leito e/ou avaliação dos requisitos mínimos para funcionamento por meio de checklist por demanda da SAES/MS.;

0.5. A desabilitação de leitos já habilitados em outra modalidade e sua conversão para essa nova modalidade (SRAG/COVID-19) ocorrerá) ocorrerá para os leitos de UTI de hospitais exclusivos para atendimento COVID -19(ou seja, que todos os leitos do estabelecimentos estejam disponíveis para os pacientes com coronavírus) e que constem dos planos de contingência para o enfrentamento da pandemia;

0.5.1. Para isso, deve haver solicitação por parte do gestor , com a informação da quantidade de leitos para 'desabilitação' e nova habilitação temporária na modalidade SRAG/COVID-19, pelo prazo de 90 dias – sujeito à prorrogação – com retorno automático à modalidade anterior;

0.5.2. A desabilitação e nova habilitação serão publicadas na mesma portaria;

0.6. No âmbito da atenção especializada, a prestação de serviços lançadas no código de procedimento 03.03.01.022-3 – *Tratamento de infecção pelo novo Corona vírus* - definido na Portaria GM/MS 245 de março de 2020, no

valor de R\$ 1.500,00 reais, será paga pelo Ministério da Saúde após processamento da produção, sem que isso onere o Teto de Média e Alta Complexidade de Estados, DF e Municípios, na medida em que se caracteriza como "financiamento extra teto";

0.7. Os estados, DF e municípios deverão proceder os repasses dos recursos das habilitações aos estabelecimentos de saúde após a publicação da portaria de habilitação, respeitados os trâmites administrativos internos de cada ente;

0.7.1. O ente deverá considerar o disposto na **Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020**, que *suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e*, bem como, na **Portaria nº 1.124, de 7 de maio de 2020** que *estabelece regras de forma excepcional para as transferências de recursos do Bloco de Custeio - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC*;

0.7.2. O repasse em parcela única visa dar condições aos gestores e prestadores para que os leitos estejam integralmente disponíveis para recebimento de pacientes e para tanto cabe à gestão local o ajuste dos instrumentos contratuais para o repasse de tais valores quando se tratar de prestador privado, com ou sem fins lucrativos, que atuem de forma complementar ao SUS;

0.8. Não haverá habilitação de leitos de UTI em Hospitais de Campanha. As questões relacionadas aos Hospitais de Campanha e habilitação de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP) serão objeto de Nota específica.

Brasília, 26 de maio de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Leandro de Mendonça, Coordenador(a)-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar**, em 02/06/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Teixeira, Diretor(a) do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência**, em 02/06/2020, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0015015764** e o código CRC **1195B5D7**.

Referência: Processo nº 25000.062538/2020-91

SEI nº 0015015764

Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - CGAHD
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br